

Atividade econômica no Ceará cresce 3,84% no acumulado do ano, aponta Banco Central

| PRÉVIA DO PIB | Índice é superior à média do crescimento no País, que foi de 2,24%, mas inferior à retomada no Nordeste (4,58%)

ADRIANO QUEIROZ
adriano.queiroz@opovo.com.br

A atividade econômica do Ceará cresceu 3,84% nos seis primeiros meses de 2022, conforme aponta o Banco Central. Já no acumulado dos últimos 12 meses, a alta é mais modesta, de 2,63%.

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), divulgado ontem pelo Banco Central mostrou ainda que o Estado segue crescendo acima da média nacional, cujo índice foi de 2,24%, no semestre, e de 2,18%, nos últimos 12 meses.

A expansão da economia cearense, porém, ficou abaixo da média de crescimento do Nordeste. Na região como um todo, a expansão da atividade econômica foi, respectivamente, de 4,58% e 3,5%, nos períodos analisados.

Vale lembrar que tanto o IB-C-Br quanto o IBCR servem de parâmetro para avaliação da evolução da atividade econômica pelo Banco Central e são considerados prévias do Produto Interno Bruto (PIB) por economistas, com algumas ressalvas.

Isso porque os indicadores incorporam informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária, mas também do volume de impostos. No caso do IBC-Br, o índice é utilizado também para embasar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% ao ano.

No caso do Ceará, o economista Alex Araújo destaca que o crescimento da atividade econômica no Estado foi muito puxado pela velocidade da retomada do mercado interno, diferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, que tiveram resultados mais impactados pelo cenário internacional.

“A pandemia afetou muito o nosso consumo. Então, esse movimento de volta à normalidade termina trazendo resultado maior para a economia local. Isso impacta o comércio, inclusive o de material de construção, além de algumas indústrias e se reflete em números melhores que o do País”, explica.

O professor de economia e finanças do Centro Universitário Estácio, Thiago Holanda, destaca que além do crescimento verificado no primeiro semestre deste ano, o Ceará já vem apresentando taxas de crescimento superiores às do Brasil há, pelo menos, uma década.

“O Estado tem apresentado um bom equilíbrio nas contas públicas, não tem apresentado problemas na sua gestão fiscal e, também, tem tido recorde de arrecadação. Quando as contas públicas estão em ordem, isso abre muitas portas para investimentos não somente do setor público mas também do setor privado”, observa.

O vice-presidente do Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças no Ceará (Ibef-CE) Raul dos Santos Neto, acrescenta que “uma sucessão de gestões estaduais e municipais no Estado tem se preocupado muito com a ambiência de negócios, o que tem gerado oportunidades. Além disso, o

Ceará encontrou as suas reais vocações econômicas. Tem ainda a questão da localização geográfica, aproveitada com o desenvolvimento da região do Porto do Pecém e do Aeroporto de Fortaleza e também pelo hub de cabos de fibra ótica, entre os mais modernos do País. Tudo isso atrai investimentos”.

Por outro lado, o fato da economia cearense ter crescido menos que a do Nordeste nos primeiros seis meses do ano se deve, em grande parte, à maior competitividade agrícola de estados como a Bahia, o Piauí e o Maranhão, que tem apostado fortemente na produção de grãos, incluindo a soja, segundo analistas ouvidos pelo O POVO.

“Essa diferença entre Ceará e Nordeste decorre do impacto da fronteira agrícola que está se expandindo nas regiões do Cerrado desses três estados. Nossa pauta exportadora ainda é muito focada em frutas, pescado e camarão que teve menor peso nas exportações que os grãos, nesse período”, explica Alex Araújo.

AURELIO ALVES



RETOMADA do consumo interno tem contribuído para recuperação da economia cearense

Ranking Infinity Asset

Brasil tem a terceira maior taxa de juros no mundo

Mesmo com a revisão recente da taxa básica de juros por diversos países, o Brasil mantém a sua posição de terceiro país com a maior taxa de juros no mundo, segundo ranking global de juros nominais da Infinity Asset em parceria com o MoneYou.

Em primeiro lugar está a Argentina, como uma taxa de 60%, seguida da Turquia, que aplica taxa de 14%. O Brasil está na frente de países como Hungria, Chile e Colômbia.

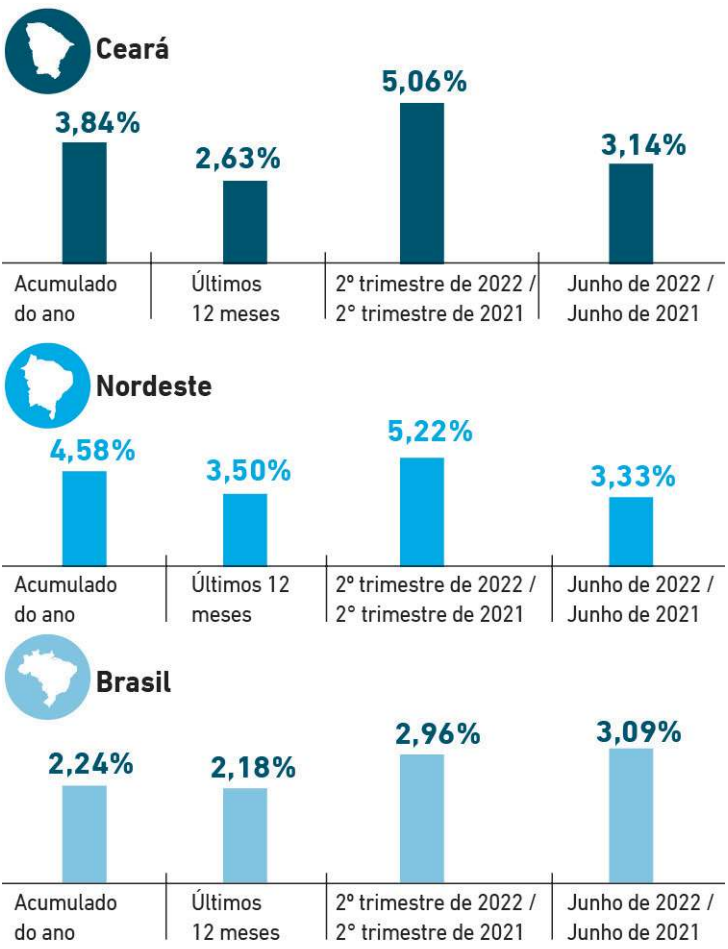
No ranking de juros reais (as taxas de juros atuais descontadas a inflação), o Brasil ocupa a 1ª posição, ganhando o pódio desde a penúltima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

México, Hungria, Colômbia e Indonésia seguem respectivamente na lista.

A análise considera uma combinação de inflação projetada para os próximos 12 meses, via coleta do relatório Focus do Banco Central de 4,81%, e a taxa de juros DI a mercado dos próximos 12 meses no vencimento mais líquido (agosto de 2023).

Mesmo com a queda do preço de commodities, há um aumento no número de bancos centrais que sinalizam preocupação com a inflação. “Os programas de aperto quantitativo continuam lentos e o movimento global de políticas de aperto monetário continuou a ganhar força.” (AE)

VEJA COMO ESTÁ O NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA



FONTE: Banco Central/Depec

Teto do ICMS pode ser revisto se estados perderem receita

| DIZ GUEDES | Audiência de conciliação no STF

A equipe econômica poderá rever o teto do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), caso os estados provem perda de arrecadação, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele participou de audiência de conciliação entre estados e a União, promovida pelo ministro Gilmar Mendes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

A participação de Paulo Guedes não estava prevista na agenda oficial. Durante o discurso, o ministro disse que as unidades da Federação continuam com o caixa cheio e que eventuais perdas de receita com a fixação do teto do ICMS poderão resultar numa revisão da proposta.

“Vamos ver o saldo antes de a gente brigar. É extraordinariamente sábia a decisão do ministro Gilmar [Mendes]. Vamos ver os números? Se os números mostrarem que houve aumento de arrecadação forte, apesar da redução das alíquotas, então segue o jogo. Se, ao contrário, mostrar que houve prejuízo à Federação, eu mesmo vou ficar envergonhado e vou querer rever”, declarou Guedes. “Ninguém sacrificou [os gastos em] saúde e educação”, continuou.

Em junho, o Congresso aprovou a fixação do teto do ICMS de 17% a 18% sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e comunicações.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), que representa as Secretarias Estaduais de Fazenda, rechaça a versão do governo e alega que as unidades da Federação perderão

R\$ 92 bilhões por ano com o teto.

Segundo Guedes, a redução de impostos indiretos (que incidem sobre o consumo), como o ICMS está sendo compensada pela falta de correção da tabela do Imposto de Renda, cuja receita é partilhada com estados e municípios. “A arrecadação de Imposto de Renda está subindo bastante, o que acaba equilibrando a balança”.

Ele voltou a afirmar que as desonerações em vigor neste ano visam a repassar para a população a arrecadação extraordinária com a recuperação da economia.

“Além do ICMS, reduzimos impostos como o IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados]. [Mesmo assim], estamos com um [resultado] fiscal muito forte, nunca foi tão forte”, declarou.

O ministro negou existir qualquer conflito entre a União e os estados. Lembrou que, nos últimos anos, o governo federal fechou um acordo em relação à Lei Kandir, transferiu cerca de R\$ 11 bilhões da cessão onerosa do pré-sal aos governos locais e concedeu um pacote de ajuda durante a pandemia de covid-19.

“Todo mundo deve ter uma posição mais confortável hoje. Agora, começam a se acumular distorções, como o piso da enfermagem, que talvez se torne insustentável para os municípios em algum momento.”

Sancionado no início do mês, o piso estabeleceu salário mínimo de R\$ 4.750 para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. Mas foi vetado o artigo que previa reajuste anual pelo INPC. (Agência Brasil)